



Ata nº12 Conselho Municipal da Juventude

Ao oitavo dia do mês de junho de dois mil e dezassete, reuniu-se o Conselho Municipal da Juventude de Vila Real com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior;-----
2. Votação das propostas para a Medalha Municipal de Mérito Juvenil; -----
3. Eleição dos representantes dos membros do Conselho Municipal da Juventude para o júri do Orçamento Participativo Jovem;-----

Presenças:-----

De acordo com a lista de presenças estiveram presentes 28 elementos.-----

Esteve ainda presente a técnica do Pelouro da Juventude do Município de Vila Real, Susana Veloso.-----

Deu início à reunião o Sr. Vereador do Pelouro da Educação, Desporto, Juventude e Turismo, José Maria Magalhães, adiante designado por Vereador, agradecendo a presença de todos e referindo que efetuou algumas chamadas de modo a poder contar com o máximo de conselheiros presentes possível.-----

ORDEM DE TRABALHOS-----

Ponto um: Foi sugerido pela conselheira Joana Rapazote a modificação da parte final da ata nº11, pedindo o acréscimo na frase “a presente ata será datada e assinada aquando a sua aprovação por todos os conselheiros em reunião do conselho municipal da juventude”. A mesma referiu ainda que deve ser anexada a cada ata a sua lista de presenças correspondente.-----

Ponto dois: O Vereador introduziu o ponto número dois apresentando os candidatos propostos para a Medalha Municipal de Mérito Juvenil, na categoria Associações 1- Cantaréu, 2- Banda de Música de Sanguinhedo, 3- Grupo de Escuteiros da Bila; na categoria Individual: 1- Ana Sofia Madureira Pinto, 2- André Tiago Proença Matos, 3- António Albuquerque Teixeira Lopes, 4- Laura Isabel Pinto Pires, 5- Lia Rafaela de Marcos e Melo. Antes de se iniciar a votação o conselheiro Miguel Pinto perguntou se alguma das coletividades já tinha sido contemplada anteriormente com a mesma, ao que lhe foi respondido pelo Vereador que o Cantaréu tinha recebido a medalha no ano transato, questionando o conselheiro o motivo para se candidatarem novamente, ao que a conselheira Ilda Magalhães, representante da mesma, contra questionou porquê não se candidatarem, e que antes da sua Associação apresentar a candidatura, se tinham esclarecido, se tal podia acontecer e que obtendo uma resposta afirmativa, decidiram realizar a mesma. O conselheiro Tiago Fernandes referiu que esta era uma medalha que aferia anualmente o seu merecedor. Após esclarecida a situação anterior,



Alexandre Favaio procedeu à caracterização resumida dos candidatos na categoria de jovens e seus feitos de modo a todos os conselheiros puderem fazer uma votação mais consciente, sugeriu também que a votação fosse realizada de uma só vez, ou seja, que os boletins referentes às associações e aos jovens fossem distribuídos em simultâneo de modo a acelerar e simplificar o processo. Depois de todos os conselheiros concordarem com a sugestão anterior, o Sr. Vereador solicitou dois voluntários para a contagem dos votos, disponibilizando-se a conselheira Florinda Oliveira e o conselheiro André Santos. Após a contagem, os resultados na categoria das Associações foram: Cantaréu (2 votos), Banda de Música de Sanguinhedo (9 votos), Grupo de escuteiros da Bila (11 votos).-Na categoria de Jovens os resultados foram os seguintes: Ana Sofia Madureira Pinto (8 votos), André Tiago Proença Matos (3 votos), António Albuquerque Teixeira Lopes (0), Laura Isabel Pinto Pires (4 votos), Lia Rafaela de Marcos e Melo (5 votos). Os resultados ficaram de ser apresentados ao Executivo Municipal para sua ratificação e aprovação, com a indicação de parecer do Conselho Municipal da Juventude.-----

Ponto três: O Sr. Vereador inseriu o ponto três clarificando que os quatro eleitos, para representantes dos membros do Conselho Municipal da Juventude para o júri do Orçamento Participativo Jovem, desempenhariam a função de júri, no total de sete pessoas, para se proceder a uma análise técnica prévia das propostas apresentadas ao projeto recentemente criado, e que iriam ser apresentadas em reunião do CMJ a vinte e sete do presente mês (junho). Acrescentou ainda que irão a votação cinco projetos, três candidaturas provenientes a título individual e duas de associações, resultando desta votação apenas um vencedor. De modo a inteirar-se dos interessados a serem eleitos, os conselheiros foram inquiridos da sua disponibilidade, tendo o Sr. Vereador elucidado que caso algum conselheiro estivesse interligado a algum dos projetos apresentado não era aconselhado que este pertencesse ao júri. A conselheira Joana Rapazote questionou se havia quórum suficiente presente para realizar a eleição, ao que o conselheiro Tiago Fernandes propôs em resposta, que embora não tivesse consciência se estavam presentes conselheiros suficientes para haver quórum, que se devia realizar a eleição na mesma, pois os presentes deviam ser valorizados pelo esforço para estar presentes e que a sua não realização levaria à marcação de uma reunião extraordinária, podendo a mesma ter o mesmo desfecho da atual, o que poderia levar a demora nos processos, que se devia adotar uma postura de simplificação e facilitação de processos. O Alexandre Favaio elucidou que na corrente reunião estiveram presentes o número suficiente para haver quórum, que de momento não estavam todas dentro da sala porque algumas tiveram que sair mais cedo. Esclarecendo também que os quatro elementos não irão deliberar nada, mas sim aferir uma análise técnica das propostas, que caso se referisse a um programa em que o júri



desempenhasse uma posição de decisão o contexto era completamente diferente. A conselheira Joana Rapazote perguntou se todos os elementos estavam a receber a convocatória, e que era importante regeremo-nos pelas normas de modo a não se proceder a irregularidades. A conselheira Mariana Simões emitiu a sua opinião dizendo que se encontravam num local de bom senso, e que não percebia o problema do quórum, questionando se se poderia mudar o regulamento de funcionamento. O conselheiro Tiago Fernandes pediu à conselheira Joana Rapazote que fosse mais condescendente, que não se estava na Assembleia Municipal, pedindo para esta tentar perceber a diferença de cenário, acrescentou ainda que ao longo dos três anos houve um aumento do número de conselheiros, o que era bom a nível de representação, mas mau no sentido que para haver quórum eram necessários mais pessoas presentes. Ainda assim, a conselheira Joana Rapazote recusou-se a votar, baseando a sua postura em que as regras existem, para saber com o que contamos, pedindo ao Sr. Vereador que procedesse às alterações que achasse necessárias de modo a garantir o bom funcionamento do CMJ. Após isto o Sr. Vereador pediu para quem estivesse interessado para se manifestar, registando-se como interessados os seguintes conselheiros e procedendo-se à votação individual, sendo os resultados: Ilda Fernandes (1 voto), Tiago Fernandes (5 votos), Diogo Valente (6 votos), Miguel Pinto (4 votos), Clara Alves (4 votos), em branco (1 voto), nulo (1 voto).-----

Depois de realizada a votação o conselheiro Pedro Pinto referiu que se tinha tido o problema de quórum no ano passado, que o regulamento já podia ter sido mudado. Alexandre Favaio pronunciou-se contra a mudança de regulamento e na possibilidade de excluir elementos por falta de participação, que isso era o início do fim, que se pretende um regimento participativo e embora se tenha o problema do quórum, esse procedimento levaria a uma diminuição da representatividade do concelho, e que esta é importante em termos de formação cívica, e que através de um bom senso de todos os presentes problemas como estes podem ser ultrapassados e resolvidos em cada situação. O conselheiro Pedro Pinto continuou a considerar que achava mais grave não alterar e depois desrespeitar, que é preferível admitir o erro e mudar. O conselheiro António Macedo expressou que caso não se divagasse com pormenores de quóruns e semelhantes não havia atraso na realização das votações, as pessoas não iam embora, mas concorda com a alteração do regulamento. O conselheiro Tiago Fernandes disse que o regulamento tem necessidade de ser aprovado em Assembleia Municipal, e que o balanço que faz do CMJ neste mandato é positivo realçando que se passou de um órgão inativo para um que se reúne de quatro em quatro meses, sempre com uma média superior a quinze pessoas. De modo, a regulamentar a votação anterior foi sugerido pelo Sr. Vereador a colocação dos nomes mais votados na votação anterior numa lista levando esta a aprovação do CMJ. Nenhum



conselheiro se opôs e a lista foi aprovada por unanimidade. Em modo de encerramento de discussão o Alexandre Favaio esclareceu que felizmente nota-se um aumento do movimento jovem em Vila Real, e que, o que se defende não são as ilegalidades, mas sim a representatividade. O conselheiro Tiago Fernandes completou o anteriormente dito, referindo que uma diminuição do número de conselheiros, levaria a uma diminuição da representatividade e responsabilidade cívica para estar presente, diminuindo assim o número de pessoas por reunião.-----

Nada mais havendo a tratar, o Vereador agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. A presente ata será datada e assinada aquando a sua aprovação pelo Sr. Vereador José Maria Magalhães e por quem a secretariou, Diana Pereira.-----

o Vereador
J. M.
Diana Pereira